

# Sinais positivos no Congresso

Começam a surgir indicações animadoras de que o Congresso Nacional não criará grandes obstáculos ao presidente eleito, Fernando Collor de Mello, na implementação do ponto decisivo de seu programa de modernização — a reforma do Estado. Se esta tendência prevalecer, pode-se alimentar a esperança de que a crise, cuja raiz está no tamanho-desmesurado do Estado e na sua ineficiência, que provocam o déficit público e a inflação, possa ser superada mais rapidamente do que se pensava.

Embora com a cautela necessária no caso de um órgão colegiado como o Congresso, sujeito às mais variadas pressões, é o que se pode deduzir das posições assumidas nos últimos dias por algumas das mais importantes lideranças parlamentares, a começar pelo deputado Ulysses Guimarães. O presidente do PMDB, depois de descartar a possibilidade de fazer oposição sistemática ao futuro governo, já se mostra disposto a desempenhar informalmente o papel de mediador nas relações entre o Congresso e o Executivo. Embora critique Collor de Mello, que a seu ver não está dando a necessária atenção ao Congresso, ao designar ministros para funções que ainda não existem, porque não aprovadas pelos parlamentares, esta sua nova postura revela a intenção de colaborar.

Nessa linha, a posição do líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, é ainda mais clara e ousada. Ele vai ao ponto de admitir que o Congresso poderá mesmo assumir posição de vanguarda na reforma do Estado, com a condição de que ela não se limite apenas ao inchaço da máquina burocrática, mas atinja também os cartórios e privilégios que deformam o capitalismo no Brasil. “Se houver uma medida orgânica, harmônica, coerente, que envolva a redefinição do papel do Estado como um todo, o

Congresso Nacional está disposto a aprovar a mensagem, até se ela implicar a demissão de servidores” — afirma o deputado Ibsen Pinheiro.

Ora, como o futuro presidente tem insistido no fim do sistema cartorial, com seus subsídios, reservas de mercado e outros privilégios, vê-se logo que sua posição coincide com a do líder peemedebista. Se o deputado Ibsen Pinheiro persistir nessa orientação e a bancada o seguir, estará aberto o caminho para a reforma. Afinal, o PMDB, apesar de derrotado na eleição presidencial e desfalcado em seus quadros, ainda é a principal força no Congresso, onde tem a maior bancada e deverá controlar a maioria das comissões técnicas, cujos poderes foram reforçados pela nova Constituição.

Se o demônio dos equívocos ideológicos da esquerda arcaica não seduzir a maioria dos parlamentares na hora da decisão, como já aconteceu em outras oportunidades, quando se tratou da privatização e das reservas de mercado, e se dessa vez não prevalecer o poderoso “lobby” dos interesses corporativos das empresas estatais e de outros grupos de pressão, o Congresso poderá colocar-se em sintonia com o sentimento amplamente majoritário da sociedade brasileira, que apóia o programa de reformas de Collor de Mello, como mostrou a última pesquisa do Ibope.

Aliás, essa pesquisa mostrou também que, ao contrário do futuro presidente, os partidos e a classe política têm índices de aceitação muito baixos. O que ameaça eleitoralmente os parlamentares, neste ano em que serão renovados um terço do Senado e toda a Câmara, não é o apoio às reformas, mas a oposição a elas. É o que parece terem entendido — ou começado a entender — algumas das principais lideranças do Congresso.